



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



O MERCADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA INTERNACIONALIZAÇÃO REVERSA?

Maria Nair Rodrigues Salvá
PPGA/UNIGRANRIO
mnair@ensp.fiocruz.br

Ana Paula Medeiros Bauer
PPGA/UNIGRANRIO
anabauer@id.uff.br

Sérgio Eduardo De Pinho Velho Wanderley
PPGA/UNIGRANRIO
sergiow.gaz@terra.com.br

RESUMO

Este ensaio teórico propõe-se a apresentar uma reflexão sobre o processo de internacionalização da educação superior no Brasil, e tem como objetivo discorrer sobre a contribuição do FIES para esse processo. O FIES foi implementado através das políticas públicas educacionais no país, a partir da década de 1990. Conclui-se que há é necessária a abertura de discussões que contemplem as variáveis contextuais do atual cenário da educação superior no Brasil, a fim de rever o processo desordenado de desnacionalização das IES. Devemos repensar os mecanismos de colonialidade que estruturaram a lógica universitária no país, representados pelos processos de privatização, oligopolização e financeirização do mercado educacional brasileiro, que se refletem no cotidiano do espaço acadêmico.

Palavras-chave: internacionalização da educação superior, políticas públicas educacionais, FIES

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1990, inserem-se as medidas implementadas em prol da educação, ciência e tecnologia, através do enfoque dado às políticas associadas diretamente ao progresso técnico e ao aumento da produtividade no país (HERRLEIN JR., 2014).

Segundo Furtado (2008, p. 47), “estamos vivendo hoje nova fase dessa luta. A integração política planetária em curso avançado de realização está reduzindo o alcance da ação reguladora dos Estados nacionais em que se apoiavam as organizações sindicais”. Desse processo, resulta o desemprego e a exclusão social, tendo em vista a organização da atividade produtiva ser planejada em escala multinacional, com prejuízo do poder de negociação das massas trabalhadoras.

A adoção de novas formas de organização, adotada pelas universidades, reporta à concepção de capitalismo acadêmico proposta por Slaughter e Leslie (2001), cujos docentes se integram às novas formas de produção do conhecimento, fazendo uma indução à lógica produtivista do mercado (IBARRA-COLADO (2003).

Não obstante no ensino superior tenham ocorrido “melhorias no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de trabalho acadêmico, produzindo transformações significativas no campo universitário e na identidade das instituições de ensino superior” (CATANI, OLIVEIRA, 2007, p. 73), conserva-se o predomínio das idéias neoliberais no campo social, político e, principalmente, econômico, regendo-se pela ordem da mundialização do capital.

No Brasil, foram feitas reformulações na política educacional de investimento por organismos internacionais, os quais propunham a inserção dos países periféricos de baixos níveis de escolaridade na economia mundial mais competitiva e globalizada, em assimetria com as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na “*Conferência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos*”, que teve como patrocinadores o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que estabelecia, dentre outros objetivos e metas, a melhoria da qualidade do ensino no país (BRASIL, 1988).

No entanto, além da ampliação da oferta de vagas nas universidades, promovidas no Governo Lula, outras atividades comerciais foram difundidas, conforme observa Oliveira (2009). No caso das instituições de ensino superior privadas, a destinação de recursos públicos, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni), deu-se elevando as despesas de R\$ 1,416 bilhões, em 2003, para R\$ 13,886 bilhões, em 2014, um crescimento de 880,42%, constituindo esse conjunto de elementos em um “próspero e afluente mercado, cuja faceta mais importante refere-se à penetração do capital financeiro na educação e a consequente internacionalização da oferta educacional” (p. 742).

Portanto, tendo em vista as propostas de inclusão de classes emanadas pela UNESCO e viabilizadas através das políticas públicas de educação superior, sobretudo em países heterogêneos como o Brasil, caracterizando um período marcado pelo (des)encontro entre a política de um governo de centro-esquerda com uma política neoliberal supranacional, cujo vencedor é o capital internacional, esta pesquisa tem como objetivo contribuir com uma reflexão sobre a contribuição do FIES para o processo de internacionalização da educação superior brasileira, implementado através das políticas públicas educacionais no país, a partir da década de 1990.

2. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A atual realidade social e econômica do Brasil pode ser vista através de seus índices de desigualdades e métricas de oportunidades de inclusão, apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aferidos no período de 2011 a 2014, os quais conferiram um discreto e contínuo crescimento do país, a uma taxa média de crescimento anual de 1,0%, inferior à observada entre 2000 e 2010, que foi de 1,7%, conforme demonstra a Tabela 1 (BRASIL, 2016).

Tabela 1 – IDHM Brasil e seus Subíndices – 2010 A 2014

	Longevidade	Educação	Renda	IDHM
2011	0,820	0,676	0,718	0,738
2012	0,825	0,681	0,730	0,745
2013	0,831	0,696	0,735	0,754
2014	0,836	0,706	0,741	0,761
taxa média de crescimento	0,6%	1,5%	1,1%	1,0%
2000	0,727	0,456	0,692	0,612
2010	0,816	0,637	0,739	0,727
taxa média de crescimento	1,2%	3,4%	0,7%	1,7%

Fonte: IBGE 2016.

Da mesma forma, com relação à educação, em 2014, enquanto 93,7% das crianças de 5 a 6 anos estavam frequentando a escola e 90,5% das crianças de 11 a 13 anos frequentavam o 2º ciclo do ensino fundamental, apenas 65,5% dos adolescentes de 15 a 17 anos tinham concluído o fundamental e 52,0% dos jovens de 18 a 20 anos tinham o ensino médio completo, conforme demonstra o Gráfico 1. Cabe notar, que os índices de frequência escolar relativos aos adolescentes e jovens-adultos, além de situarem-se em patamares mais baixos, vêm apresentando taxas mais baixas de crescimento, sinalizando que o problema apresentado anteriormente pelos dados censitários, continua presente e alerta para situações de atraso e abandono escolar dessas faixas etárias (BRASIL, 2016).

Gráfico 1 – Índice de Escolaridade e Frequência Escolar no Brasil – 2011 a 2014



Fonte: IBGE, 2016.

A educação como direito de todos e dever do Estado, conforme prevê a Constituição de 1988, parece não ter atingido ao fim a que se propunha, verificando-se, nas últimas décadas do século XX, uma descrença no processo desenvolvimentista do país, ideia fortalecida pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, em consonância com os países centrais, a “fim de atingir frontalmente o Estado social, difundindo o *ethos* neoliberal também na agenda educacional” (LEHER, 2010, p. 36).

Pode-se observar, nas Figuras 1 e 2, a evolução da participação da educação nos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, evidenciando-se o crescimento nos financiamentos efetuados na área social, com destaque para o aumento da participação do setor educacional de 2% para 29%.

Figura 1 - Período 1987-1990

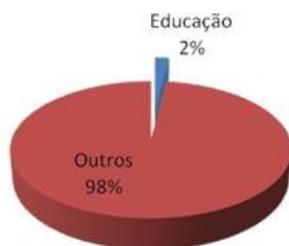
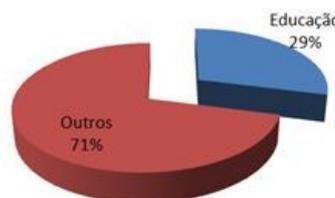


Figura 2 - Período 1991-1994



Fonte: Salvá, 2013 *apud* Soares, 2003, pp. 34-35. Relatórios do BM.

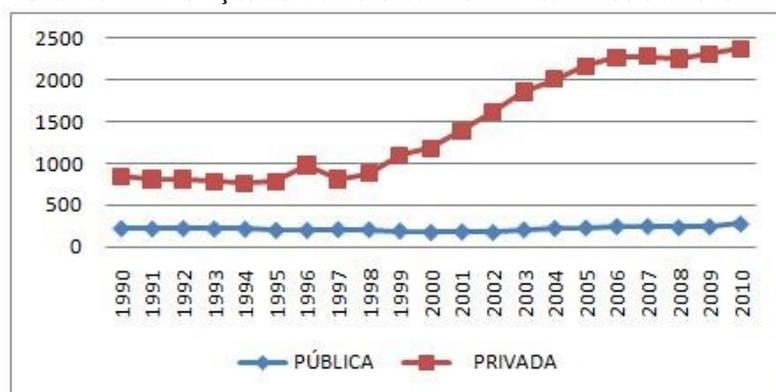
No entanto, no Governo Collor, através de nova tentativa bem sucedida de implementação da política do Banco Mundial, foram elaboradas as linhas mestras do projeto de universidade, o qual objetivava diferenciar as instituições de ensino superior e diversificar as suas fontes de financiamento, favorecendo, dessa forma, o crescimento do setor empresarial, removendo o controle público sobre as instituições privadas que, deste modo, passaram a ser reguladas pelo mercado, conforme observa Leher (2010).. Sob este aspecto, observa Cruz e Paula (2015):

Podemos dizer, então, que as políticas adotadas pelo Estado têm sofrido drásticas transformações, e que o discurso em prol da educação ganha novo ângulo, ou seja, que nessa perspectiva ela deixa de ser entendida como direito do cidadão e dever do Estado e passa a ser vista como mercadoria. Essas mudanças educacionais têm acompanhado as políticas econômicas, tendo como vetor as diretrizes

do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (CRUZ e PAULA, 2015, p. 243).

O crescimento exponencial das instituições de ensino privadas no país atingiu a predominância de 89,4% do número total de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras em 2010, como demonstra o Gráfico 2, em consonância com a ideologia neoliberal dominante, a fim de atender à demanda de um novo mercado, num mundo globalizado, baseado nos ideais da sociedade do conhecimento, cujo objetivo é “a difusão de habilidades instrumentais e a socialização de um certo *ethos* cultural pró-sistêmico, afim ao padrão de acumulação então em curso” (LEHER, 2010, p. 43).

Gráfico 2 - Evolução do Número de IES - Brasil – 1990 a 2010



Fonte: INEP/MEC. In: Salvá, 2013.

Segundo Neves (2006), a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional/1996 instituiu a implantação das políticas públicas nacionais, na área da educação, promovendo, dentre outras mudanças, a fragmentação e o empresariamento da educação superior, bem como os seus instrumentos de avaliação.

No Governo Lula (2003-2010) houve o fortalecimento do setor privado-mercantil na área da educação. A criação do ProUni em 2004 caracterizou-se como a medida mais objetivamente privatista e de maior operativo de marketing do Ministério da Educação (MEC), pois estabelece que o eixo da política de ampliação das matrículas na educação superior deve estar a cargo do setor privado, particularmente o de natureza empresarial, inclusive, ferindo norma Constitucional, pois que a contrapartida das instituições privadas foi a concessão das isenções fiscais. Tais iniciativas foram efetivadas com o apoio das frações burguesas que tinham interesse no setor de serviços, como a educação, foco dos setores empresariais que, desde então, se mantiveram como fortes influentes na definição das orientações e medidas educacionais no Brasil (LEHER, 2010).

Segundo Leher (2010), a crescente internacionalização da educação superior tem como foco a mercantilização, baseado o Acordo Geral de Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC), com destaque para os cursos oferecidos à distância, ofertados por cyber-rentistas e de joint ventures de empresas nacionais com corporações multinacionais de educação superior, como por exemplo, a Anhembí-Morumbi, Pitágoras, entre outros.

Tal fato pode ser observado através do censo pertinente da educação superior no Brasil, no período de 2005 a 2015, compilado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Na Tabela 2, verifica-se que mais de 2,9 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação, considerando-se que 2.4 milhões são de alunos que ingressaram nas instituições de ensino superior privadas.

Tabela 2 – Quadro Resumo – Estatísticas Gerais da Educação Superior no Brasil- 2015

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.364	295	107	120	68	2.069
Educação Superior - Graduação						
Curso ¹	33.501	10.769	6.313	3.709	747	22.732
Matrícula	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
Ingresso Total	2.920.222	534.361	336.093	161.704	36.564	2.385.861
Concluinte	1.150.067	239.896	134.447	86.770	18.679	910.171
Educação Superior - Sequencial de Formação Específica						
Matrícula	6.277	440	124	250	66	5.837
Educação Superior - Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>						
Matrícula	325.230	269.395	184.041	83.856	1.498	55.835
EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL						
Matrícula Total	8.358.804	2.221.980	1.398.800	702.739	120.441	6.136.824
Função Docente em Exercício ^{2,3}	388.004	165.722	105.558	52.575	7.589	222.282
Docente em Exercício ^{2,4}	354.499	163.510	104.787	51.281	7.442	190.989

Fonte: Mec/Inep - MEC/Gapes; Quadro elaborado por Inep/Deed

Notas:

(1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingressantes;

(2) Não incluem os docentes que atuam exclusivamente na Pós-Graduação *Lato Sensu*;

(3) Corresponde ao número de vínculos de docentes a Instituições de Educação Superior;

(4) Quantidade de CPFs distintos dos docentes em exercício em cada Categoria Administrativa, podendo um docente estar em duas ou mais categorias diferentes.

No total dos 33.501 cursos ofertados, 2.364 são cursos de graduação de instituições de educação superior brasileira. Desse montante, 81,7% entraram em instituições particulares, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa. Brasil, 2005-2015.

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	a
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	a
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	a
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	a
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	a
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	a
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	a
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	a
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	a
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40	a
2015	2.364	107	88	9	140	139	1.841	40	a

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

Nota: (a) Não se aplica

Da mesma forma, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)/2001, cuja proposta era de financiar o acesso de estudantes pobres à educação superior privada, por meio de empréstimos subsidiados, constitui-se hoje em outra forma de subsídio ao setor privado que,

embora independente, está cada vez mais articulado ao ProUni, pois vem sendo utilizado para financiar as bolsas parciais através de subsídios públicos, pelo Estado, dos juros praticados no empréstimo ao estudante, que são inferiores aos de mercado (LEHER, 2010).

Os retrocessos dessas políticas (ProUni e Fies) podem ser avaliados na Tabela 4, a qual apresenta os gastos tributários da União com o Prouni e despesas da União com o FIES como percentual do gasto federal total em educação, no período compreendido entre 2003 e 2014, a preços de janeiro de 2016 (IPCA), no banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação Anísio Teixeira (INEP)/MEC.

Tabela 4 - Os gastos tributários da União com o Prouni e despesas da União com o Fies como percentual do gasto federal total em educação (2003 e 2014)

ANO	GASTO FEDERAL TOTAL EM EDUCAÇÃO R\$ (a)	PROUNI	FIES	TOTAL PROUNI + FIES (b)	% (b)/(a)
2003	41.410.461.378	-	1.416.368.749	1.416.368.749	3,42
2004	41.158.001.405	-	1.306.577.952	1.306.577.952	3,17
2005	42.763.642.924	186.952.363	1.378.686.516	1.565.638.880	3,66
2006	49.003.321.042	362.951.741	1.536.224.742	1.899.176.484	3,88
2007	55.775.710.345	565.736.661	1.573.573.504	2.139.310.165	3,84
2008	60.874.523.954	666.434.659	1.794.447.051	2.460.881.710	4,04
2009	72.582.686.143	776.486.462	2.029.794.317	2.806.280.779	3,87
2010	87.020.630.273	805.442.914	2.403.097.080	3.208.539.994	3,69
2011	97.232.451.532	737.581.432	3.222.544.583	3.960.126.015	4,07
2012	92.273.709.579	940.088.538	4.182.769.511	5.122.858.050	5,55
2013	101.903.622.590	876.440.867	8.838.860.029	9.715.300.896	9,53
2014	112.727.311.484	659.820.090	13.226.605.667	13.886.425.756	12,32
Δ 2003-2014	172,22%	-	833,84%	880,42%	

Fonte: a) Fies. Senado Federal (Portal Orçamento). Demonstrativo da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003- 2014). b) Prouni (ano 2014): Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária - (Gastos Tributários) – PLOA 2014; Prouni (ano 2013): Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária - (Gastos Tributários) – 2013; Prouni (anos 2006-2012): Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária - (Gastos Tributários) - Estimativas Bases Efetivas Ano Calendário 2008-2012; Prouni (ano 2005): IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise, nº 16, nov. 2008. In: Reis (2016).

Em 2003, o governo federal liberou R\$ 1,416 bilhão para o Fies que representou, na época, 3,42% do Gasto Federal Total em Educação (orçamento total sob supervisão do Ministério da Educação - MEC). A partir de 2005, o governo federal, para viabilizar o Prouni, passou a conceder benefícios tributários para as instituições privadas de educação superior que aderissem ao Programa. Tais benefícios são contabilizados, pela Receita Federal, como gastos tributários da União. Em 2014, o governo federal liberou R\$ 13,886 bilhões para o Fies e o Prouni. Essas despesas passaram a representar 12,32% do orçamento total sob supervisão do MEC. Em termos financeiros, os recursos destinados à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni, cresceram 880,42%: de R\$ 1,416 bilhão, em 2003, para R\$ 13,886 bilhões, em 2014 (REIS, 2016, p.24).

Na visão de Quijano e Vallerstein (1992), as Américas adentram o século XXI com quase as mesmas desigualdades do século XIX e, para uma perspectiva de futuro, certos processos precisam ser realçados, dentre os quais, destacam-se: maior articulação entre a América Latina, o desenvolvimento da descolonização da produção cultural e do conhecimento.

Segundo os autores, a emergência da ideia de “hemisfério ocidental” deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial. Partindo-se deste princípio, inserem-se as diferentes estratégias de poder que acabam por promover a oposição entre a Academia e o real, a partir do deslocamento das identidades coletivas e individuais (colonialidade do ser), a partir das quais os indivíduos são acostumados a falar e a existir (colonialidade do saber), tais como raça, classe, etnicidade e as nacionalidades. Desta forma, torna-se necessário repensar os mecanismos de colonialidade que estruturam a lógica universitária e que se atualizam no cotidiano do espaço acadêmico.

3. A ENTRADA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NAS IES PRIVADAS NO BRASIL

O campo do ensino superior no Brasil passou por diversas mudanças ao longo do seu desenvolvimento. A onda neoliberal que se espalhou por diversas economias de países europeus, norte americanos e latino americanos, principalmente na década de 1990, alterou de forma significativa a relação do Estado com a educação (SGUISSARDI, 2015).

Nesse período, o país passou por um processo de Reforma que tinha como principal objetivo diminuir as despesas, gastos e responsabilidades sociais do Estado. Nesse sentido, apontava-se para a formação de organizações sociais em detrimento das fundações públicas que mantinham as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) (SGUISSARDI, 2015). Dessa forma, o Estado iria se isentar da obrigação de manter essas instituições, que por sua vez teriam que buscar financiamentos e investimentos junto a outros órgãos públicos ou privados já que os mesmos não seriam garantidos pelo Fundo Público (SGUISSARDI, 2015). Esse contexto propiciou o fortalecimento e mercantilização de Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas.

No entanto, as IES privadas surgiram no Brasil muito antes do cenário neoliberal adentrar a economia. Segundo Saviani (2010) durante a primeira república houve a expansão do nível superior de ensino por meio das Instituições Livres, que tem iniciativa privada, não se caracterizando oficialmente como parte do plano de desenvolvimento da corte.

A Reforma Universitária de 1968, implementada no período militar, também teve um papel muito marcante nesse processo. Tal reforma foi responsável por intensificar a criação e manutenção das IES privadas (CARVALHO, 2013). Anteriormente, a iniciativa privada na educação era composta por IES comunitárias, já que não havia prerrogativa jurídica para a criação de empresas educacionais, portanto todas existentes até então eram sem fins lucrativos (CARVALHO, 2013). Sendo assim, as mesmas contavam com a renúncia fiscal dos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços e podiam se beneficiar do acesso a recursos federais (CARVALHO, 2013).

Contudo, conforme já mencionado, a partir da década de 1990 o campo da educação no país começa a adotar com mais intensidade o caráter mercantil. No período de 1995 à 2002 houve um congelamento nos repasses e investimentos nas instituições de ensino público, os salários dos servidores foram estagnados e nenhuma nova IFES foi criada (SGUISSARDI, 2015). Em contrapartida, foi desenvolvida a base jurídica para a legalização das empresas educacionais, por meio dos Decretos 2.207 e 2.306 de 1997 (SGUISSARDI, 2015).

Nesse sentido, as políticas de ajuste fiscal do Estado e a orientação de expandir o ensino superior sem aumentar a despesa pública, sugeridas pelos órgãos internacionais, seguiram em desenvolvimento nos governos que sucederam (CHAVES, 2015). Consequentemente, tais ações proporcionaram a intensificação do trabalho docente e também impactaram no financiamento público à esse nível educacional (CHAVES, 2015).

Dessa forma, o conhecimento advindo do ensino superior passou a ser visto com um investimento produtivo, gerando ganhos e se caracterizando como uma mercadoria que pode ser negociada no mercado (CHAVES, 2015). Sendo assim, os investimentos públicos

destinados às IFES são reduzidos e contidos, enquanto as políticas de Estado têm fomentado o crescimento das IES privadas, ofertando isenções fiscais que beneficiam a mercantilização e aumenta o capital privado (CHAVES, 2015).

A partir de 2008 o mundo passou a enfrentar uma crise do modelo capitalista vigente que teve impactos em diversos setores da sociedade e as políticas de cunho social passaram a ser vistas como um impedimento para o crescimento econômico (CHAVES, 2015). Esse cenário atingiu também as IES privadas provocando um aumento da competitividade entre as mesmas e a necessidade de conquistar investimentos (CHAVES, 2015). Sendo assim, se faz preciso buscar possibilidades no mercado para a manutenção do crescimento em quantidade e do aumento do lucro das IES privadas (RUAS e OLIVEIRA, 2016).

Uma das estratégias desenvolvidas pelas IES privadas brasileiras para buscar se manter no mercado em meio a crise foi vender uma parcela do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro, o que pôde ser observado com mais significância por meio das aquisições realizadas por fundos Private Equity (CARVALHO, 2013), que são instituições que investem em empresas que ainda não tem ações listadas na bolsa, ou seja, empresas de capital fechado.

Outro fenômeno também observado foi a oligopolização do mercado educacional, onde apenas uma empresa é administra mais de 20% do total de matrículas em IES privadas no Brasil (SGUISSARDI, 2015). Caso se considere somente as 11 maiores IES, o a proporção é duplicada representando 40% (SGUISSARDI, 2015). Este cenário não se restringe somente à realidade do setor educacional brasileiro, mas faz parte de uma das consequências da globalização que tornou as Instituições de Ensino em objeto de importância para o capital (CARVALHO 2013).

Mancebo e Vale (2013) apontam que a expansão do ensino superior brasileiro conta com uma importante elevação do número de IES com fins lucrativos, ou seja, que são privadas e tem caráter mercantil. Nesse ponto, as autoras alertam que o crescimento do setor privado no nível superior de ensino não significa que existiu a ausência total de financiamento público. Mas, pelo contrário, a maioria das IES privadas contaram com diversas isenções fiscais que “beneficiaram, do ponto de vista patrimonial e de ampliação de sua liquidez” (MANCEBO e VALE, 2013, p. 85). Portanto é necessário salientar que o crescimento do setor privado na educação não significa necessariamente ausência total do Estado, no caso brasileiro “é evidente a relação entre as isenções fiscais e o processo de expansão do setor privado no sistema de ensino superior” (MANCEBO e VALE, 2013, p. 85).

Além disso, a partir de 2010 as IES de capital aberto, passam a contar com um importante investimento: o do Banco Mundial. De 2010 a 2016 o Banco Mundial investiu, no total, mais de 150 milhões de dólares em três IES de capital aberto (Banco Mundial, 2017). No entanto, para que esses investimentos sejam realizados é exigido que essas IES se comprometam com alguns indicadores do Banco Mundial. Um deles é atingir uma considerável quantia de alunos, ou seja, ampliar o acesso à educação se preocupando em destacar vagas para mulheres, ou seja, dentre esse quantitativo, uma parcela deve ser destinada a mulheres (IFC, 2017).

Sguissardi (2008) alerta que o crescimento do mercado da educação no Brasil ocorre, pois existe uma demasiada liberdade de atuação de capitais nacionais e estrangeiros e pela ausência de limites da participação estrangeira na composição do capital. O limite de 30% de capital estrangeiro na composição de empresas nacionais de ensino superior é apenas uma proposta do Projeto de Lei da Reforma Universitária (SGUISSARDI, 2008). Nota-se que o modelo de expansão da educação superior no Brasil tende a se desenvolver pela lógica do mercado-educacional, conforme afirma Sguissardi (2008), impondo-se o domínio do setor privado-mercantil sob o setor federal de educação.

4. CONCLUSÃO

No processo de abertura de capital, na mercantilização da educação e na oligopolização do setor (CHAVES, 2010; SGUISSARDI, 2015) pode-se observar a ocorrência do fenômeno interdisciplinar. Tais transformações no campo da educação brasileira foram provocadas principalmente por recomendações de órgãos econômicos internacionais buscando superar a crise do Estado de Bem Estar Social, ou seja, a ação da Comunidade Política Econômica Internacional. Dessa forma, entra em cena o Estado Brasileiro com a missão de implantar e fomentar no país a diminuição das responsabilidades perante a sociedade, promovendo o crescimento do setor privado educacional, com auxílio do FIES. Por fim, percebe-se a ação do setor de negócios internacionais que percebe nas empresas educacionais brasileiras uma grande oportunidade de valorização do capital, realizando assim a compra de ações.

Diante do exposto, é notório que as políticas públicas de fomento a educação privada, principalmente o FIES, trouxe benefícios financeiros para essas empresas uma vez que as mesmas conseguiram potencializar seus lucros com base nesse financiamento. No entanto, não é possível afirmar que o campo da educação brasileira teve avanços durante esse processo.

A educação superior no Brasil reproduz, atualmente, uma ordem mundial que marginaliza interesses nacionais ou regionais do resto do mundo, pois sustenta os oligopólios empresariais que se beneficiaram das medidas educacionais que promoveram a fragmentação e o empresariamento da educação superior, devido a ausência da dimensão (geo) política e de reconhecimento da existência de diferentes mundos, e pela falta de estabelecimento de diálogos e discussões para produzir um projeto pluriversal civilizante e de interesse mútuo.

A crescente internacionalização da educação superior brasileira, cuja adoção feita durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, acabaram por promover a mercadorização da educação superior, através de abertura de parcerias público-privadas, processos de avaliação, programas de investimento e financiamento estudantil, em particular, o FIES, que favorece a hegemonia privado-mercantil, por meio de empréstimos subsidiados ao setor privado, onerando o orçamento público da União, e que compromete a qualidade do ensino, promovendo assimetrias de poder, de utilidade pública, de utilização individualista de fração da burguesia.

Observa-se, ainda, a necessidade da preservação da identidade própria do país, no campo educacional brasileiro, a fim de compartilhar, aprender e incentivar a convivência das diferentes nações mundiais, a fim de libertar-se das estruturas de um mundo moderno colonial, desenvolvendo, dessa forma, o processo de descolonização da produção cultural e do conhecimento, quanto a tomadas de decisões gerenciais ou a elaboração de políticas, limitando-se aos contextos de espaço e tempo em que se origina.

De outra forma, há, na literatura, considerável empenho por partes dos acadêmicos, no desenvolvimento de estudos voltados sobre o tema. Do ponto de vista dos autores consultados, há dimensões de contexto que precisam ser levadas em consideração nos estudos pertinentes ao ensino universitário no Brasil, tais como a crescente comercialização do setor, com o conseqüente comprometimento da qualidade e da mercadorização do ensino no país.

A partir da discussão abordada no presente estudo, tendo em vista o atual cenário da educação no país, de desigualdades sociais e alto grau de situações de atrasos e abandono escolar entre jovens da faixa etária compreendida entre 18 a 20 anos, questiona-se: quais são os verdadeiros beneficiários do processo de internacionalização do ensino superior brasileiro?

Portanto, conclui-se a necessária abertura de discussões que contemplem as variáveis contextuais em que se insere este cenário, a fim de rever o processo desordenado de desnacionalização das IES no Brasil, e repensar os mecanismos de colonialidade que

estruturaram a lógica universitária no país, representados pelos processos de privatização, oligopolização e financeirização do mercado educacional brasileiro, que se atualizam no cotidiano do espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS

ACÓRDÃO TCU. Relatório da Auditoria do FIES. Disponível em: http://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf. Acesso em: 12 de Abril 2017.

ALMEIDA, M. P. Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>. Acesso em: 19/07/2017.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho, suas principais metamorfoses e significados: um balanço preliminar. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (Orgs.). Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

BANCO MUNDIAL. *Brazil: Country partnership framework for the period FY18 - FY23*. 2017.

BM&FBOVESPA. Empresas listadas. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 20 de julho de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Análise geral da tendência de evolução do IDHM no Brasil, 2016. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf. Acesso em 18/07/2017.

CARVALHO, C., H, A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação* v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.. A educação superior. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro a formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n.111, abr./jun. 2010, p. 481-500.

CRUZ, A. G.; PAULA, M. F. C. O setor privado mercantil de educação superior no Brasil e a Educação à distância. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 7, n. 2, p. 242-251. Salvador, 2015.

FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GUEDES, A. International Political Economy, Management and Governance in Latin America. In: GUEDES, A., & FARIA, A. (Eds.). (2010). International management and international relations: a critical perspective from Latin America. Routledge. p. 77- 106.

HERRLEIN JR., R. A atualidade de Florestan Fernandes em questão: uma interpretação da Transformação do Estado e da Mudança social no Brasil contemporâneo. In: CALIXTRE, A. B.; ALMEIDA FILHO, N. (organizadores). Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

IBARRA-COLADO, E. Capitalismo académico y globalización: la universidad reinventada. *Educação e Sociedade*, 24(84), 1059-1067, 2003.

IBARRA-COLADO, E. Neoliberal globe/centrism and international management blindness: the indispensable decolonial turn. In: GUEDES, A.; FARIA (Org.). International management and international relations: a critical perspective from Latin America. New York: Routledge, 2010.

IFC (2017). *Ser Educacional: Efficiencies Help Expand Affordable Higher Education with Positive Financial Returns in Brazil*.

LAZZARINI, S. G.. Capitalismo de laços : Os donos do Brasil e suas conexões/ Sérgio G. Lazzarini. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEHER, R. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (Orgs.). Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MEC. O que é FIES. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 18 de jul de 2017.

MEC/INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 17/07/2017.

MENDES, M. J. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (Boletim Legislativo nº 26, de 2015). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 16 de jun de 2017.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005

NEVES, L. M. W. A Reforma da Educação Superior e a Formação de um Novo Intelectual Urbano. In: NEVES, L. M. W.; SIQUEIRA, A. C. (Orgs.). Educação Superior: Uma Reforma em Processo. São Paulo: Xamã, 2006.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, v.30, n.108, p.739-760, 2009

PAIVA, C. A. N.; SILVA, C. B. A quantas anda a revolução burguesa no Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; ALMEIDA FILHO, N. (organizadores). Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

PORTAL DO INVESTIDOR. Cotas de Clube de Investimento. Disponível em: http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/cotas_outros_clubes.html. Acesso em: 21 de julho de 2017.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. “Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System” in *International Social Sciences Journal*, 1992.

REIS, L. F. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). Reunião Científica Regional da Anped. Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais. Curitiba, 2016.

REVISTA EXAME. Ex-engraxate brasileiro é o novo bilionário da Forbes. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/ex-engraxate-brasileiro-e-o-novo-bilionario-da-forbes/>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

RUAS, C., M., S. OLIVEIRA, R., T., S. Modelo De Gestão Da Educação Superior Privada Brasileira. *Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP v.2 n.3 p. 461-479 set./dez. 2016.*

SALVÁ, M. N. R. Impacto das políticas públicas de avaliação da pós-graduação stricto sensu sobre o trabalho docente no Brasil: estudo de caso de uma instituição pública federal de ciência e tecnologia em saúde. Dissertação (mestrado). Universidade do Grande Rio. Escola de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2013.

SAVIANI, D. A Expansão Do Ensino Superior No Brasil: Mudanças E Continuidades Poiesis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.*

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L.. *Academic capitalism. Politics, policies and the entrepreneurial university.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: Políticas e Reformas. In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.* São Paulo: Cortez, 2003.

UMPIERES, R. T. Entenda por que o melhor setor da Bolsa em 2014 já caiu mais de 40% em 2015. *INFOMONEY.COM.BR*, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/3803845/entenda-por-que-melhor-setor-bolsa-2014-caiu-mais-2015>. Acesso em 21 de julho de 2017.